

**DOCUMENTO PRELIMINAR
EM PREPARAÇÃO**

CONSTRUINDO O MOVIMENTO PEDAGOGICO LATINO-AMERICANO

**SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS MEMÓRIAS
DOS EVENTOS NACIONAIS REALIZADOS PELAS
ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DE EDUCAÇÃO**



**Internacional da Educação
para América Latina**

RECIFE, BRASIL, 19, 20, 21 SETEMBRO, 2013



Internacional de la Educación

PRESIDENTA

Susan Hopgood

SECRETARIO GENERAL

Fred van Leeuwen

Comité Regional de la Internacional de la Educación para América Latina

PRESIDENTE

Hugo Yasky

CTERA, Argentina

hugoyasky@yahoo.com.ar

CARGOS REGIONALES

Hamer Villena

SUTEP, Perú

hamerloboca@gmail.com

Jaime Gajardo

Colegio de Profesores, Chile

jjgajardo@colegioprofesores.cl

Rosalba Gómez

FECODE, Colombia

rosalbagomez2004@yahoo.com

Denise Mora

ANDE, Costa Rica

dmora@ande.cr

Israel Montano

ANDES 21 DE JUNIO, El Salvador

escorpion240380@gmail.com

Joviel Acevedo

STEG, Guatemala

joviel.steg@hotmail.com

VICEPRESIDENTES

Fátima Da Silva

CNTE, Brasil

fatima@cnte.org.br

Brígida Rivera

CGTEN/ANDEN, Nicaragua

brigidarivera@yahoo.es

Miembros del Comité Ejecutivo Mundial por América Latina

VICEPRESIDENTA MUNDIAL POR AMÉRICA LATINA

Juçara Dutra

CNTE, Brasil

jucara@cnte.org.br

MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO MUNDIAL POR AMÉRICA LATINA

María Teresa Cabrera

ADP, República Dominicana

mariatcabrera@gmail.com

Senén Niño

FECODE, Colombia

presidencia@fecode.edu.co

Stella Maldonado

CTERA, Argentina

secgeneral@ctera.org.ar

Oficina Regional América Latina

Tel: +506 22 23 78 10

Tel/fax: 22 22 08 18

america.latina@ei-ie-al.org

Apartado Postal: 1867-2050

San José, Costa Rica

Organizaciones afiliadas en América Latina

Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA), Argentina

Confederación de Educadores Argentinos (CEA), Argentina

Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU), Argentina

Confederación Nacional de Maestros de Educación Rural de Bolivia (CONMERB), Bolivia

Confederación de Trabajadores de Educación Urbana de Bolivia (CTEUB), Bolivia

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Brasil

Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), Brasil

Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino (CONTEE), Brasil

Colegio de Profesores de Chile (CPC), Chile

Federación de Asociaciones de Académicos de Universidades Estatales de Chile (FAUECH), Chile

Federación Colombiana de Educadores (FECODE), Colombia

Asociación Sindical de Profesores Universitarios (ASPU), Colombia

Asociación Nacional de Educadores (ANDE), Costa Rica

Sindicato de Trabajadoras y Trabajadores de la Educación Costarricense (SEC), Costa Rica

Sindikato di Trahadó den Edukashon na Kòrsou (SITEK), Curaçao

Unión Nacional de Educadores (UNE), Ecuador

Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños (ANDES 21 de Junio), El Salvador

Sindicato de Trabajadores de la Educación de Guatemala (STEG), Guatemala

Colegio Profesional "Superación Magisterial" Hondureño (COLPROSUMAH), Honduras

Colegio de Profesores de Educación Media de Honduras (COPEMH), Honduras

Colegio Profesional Unión Magisterial de Honduras (COPRUMH), Honduras

Primer Colegio Profesional Hondureño de Maestros (PRICPHMA), Honduras

Colegio de Pedagogos de Honduras (COLPEDAGOGOSH), Honduras

Confederación General Nacional de Trabajadores de la Educación de Nicaragua (CGTEN/ANDEN), Nicaragua

Magisterio Panameño Unido (MPU), Panamá

Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay (OTEP), Paraguay

Unión Nacional de Educadores - Sindicato Nacional (UNE-SN), Paraguay

Sindicato Unitario de Trabajadores de la Educación del Perú (SUTEP), Perú

Federación Nacional de Docentes Universitarios del Perú (FENDUP), Perú

Asociación Dominicana de Profesores (ADP), República Dominicana

Asociación Nacional de Profesores y Técnicos de la Educación (ANPROTED), República Dominicana

Federación de Asociaciones de Profesores de la Universidad Autónoma de Santo Domingo (FAPROUASD), República Dominicana

Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria (FEDMYFEP), Uruguay

Federación de Trabajadores de la Enseñanza y Afines (FETRAENSEÑANZA), Venezuela

Federación de Educadores de Venezuela (FEV), Venezuela

Federación Venezolana de Maestros (FVM), Venezuela

Federación Uruguaya del Magisterio – Trabajadores de Educación Primaria (FUM-TEP), Uruguay

www.ei-ie-al.org

Contenido

Introdução	4
1. O sistema educativo no neoliberalismo	6
2. Movimento pedagógico latino-americano	10
2.1 O que é o Movimento Pedagógico Latino-Americano?	10
2.2 O que propõe o Movimento Pedagógico Latino-Americano?	10
2.3 Como se constrói o Movimento Pedagógico Latino-americano?	12
2.4 Quais são os aspectos centrais que o Movimento Pedagógico Latino-Americano leva em conta para seu trabalho?	13
3. A educação que queremos	14
3.1 Nossa proposta educativa	14
3.2 As escolas que propomos.	15
3.3 A pedagogia que propomos	16
3.4 O currículo que queremos	16
3.5 A avaliação que queremos	17
3.6 O uso de tecnologias no processo educativo	18
3.7 Os estudantes que queremos formar	19
4. O papel do Estado na educação	20
5. As docentes e os docentes no movimento pedagógico latino-americano	22
6. Os sindicatos no movimento pedagógico latino-americano	24
No interior das organizações, devemos:	25
Discussões pendentes	26
Fontes utilizadas	27



Escritório Regional, Internacional da Educação para América Latina

Tel: +506 22 23 78 10, tel/fax: 22 22 08 18, Apartado Postal: 1867-2050
america.latina@ei-ie-al.org, www.ei-ie-al.org

Derechos reservados: Internacional de la Educación para América Latina
O conteúdo desta publicação destina-se a formação sindical. Ele pode ser total ou parcialmente reproduzida sem fins lucrativos e citando a fonte. Agradecemos a notificação de envio e cópias.

Disponível para download em formato electrónico em: www.ei-ie-al.org/publicaciones
Setembro 2013.



creativecommons

Material didático. Exemplar Sem valor comercial. Produzido por
Internacional da Educação para América Latina e distribuição gratuita.

Introdução

O I Encontro “Por um movimento pedagógico latino-americano” foi organizado pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina, tendo lugar na cidade de Bogotá, Colômbia, em dezembro de 2011. Tal Encontro foi concebido como um processo em busca da participação das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação como atores educativos, eles que foram excluídos da formulação da política educativa, projetada e definida, conjuntamente, por instituições financeiras internacionais, governos e setores empresariais nacionais e transnacionais, que impuseram, dessa forma, a perspectiva da comercialização da educação e a sua negação como direito social.

Nessa perspectiva, o educador e a educadora não apenas foram reduzidos a meros executores de programas e políticas alheios à sua autoria, como também foram penalizados diante da deteriorização à qual foi submetida a educação pública, definida e recomendada por um conjunto de políticos e tecnocratas nacionais e internacionais comprometidos com a política neoliberal.

Contrariamente, o processo do Movimento Pedagógico Latino-Americano, promovido, como dissemos, pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina, propõe-se a incorporar, essencialmente, a opinião desse ator educativo excluído, educadores e educadoras, com vistas à formulação de uma proposta de política educativa alternativa àquela que vem sendo implementada pelos neoliberais.

De igual maneira, busca-se a participação ativa das comunidades educativas, dos estudantes e de todas as organizações e atores sociais interessados na defesa da educação pública, frente ao lucro e à educação como negócio.

Nesse sentido, o I Encontro “Por um movimento pedagógico latino-americano” recomendou, ao seu final, que cada organização sindical de educação, país por país, viesse a promover a organização de encontros pedagógicos nacionais. Desse modo, as recomendações e reflexões deles surgidas viriam a servir de insumo para as reflexões a serem desenvolvidas durante o II Encontro “Por um movimento pedagógico latino-americano”, a ser realizado em Recife/Brasil, em setembro de 2013. Seria, por assim dizer, como uma proposta preliminar de trabalho a ser debatida durante o citado encontro.

Dessa forma, para elaborar o presente documento foram utilizadas as memórias dos eventos nacionais organizados pelas afiliadas da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) e realizados pelas diferentes organizações dos países que a integram.

Queremos salientar que este documento preliminar em preparação ao II Encontro “Por um movimento pedagógico latino-americano” tem como objetivo servir de base para a reflexão e facilitar a elaboração de propostas, devendo, com certeza, ser superado diante da continuidade do trabalho em âmbito regional.

Ao elaborá-lo, nosso trabalho consistiu em identificar os temas abordados, extrair os seus propósitos, organizá-los, unificá-los, dando aos mesmos a forma de documento. Cada texto foi incorporado à estrutura do documento, respeitando a redação original dos registros, apenas agregando ligações entre os parágrafos, entre orações ou dentro delas, promovendo as poucas correções gramaticais ou de ortografia que pareciam pertinentes. Ou seja, o presente documento é de autoria dos sindicatos nacionais, porém, apresentado dentro de uma estrutura e organização capaz de unificar e dar visibilidades às diferentes contribuições.

Na primeira parte, “O sistema educativo no neoliberalismo”, faz-se um diagnóstico do que o neoliberalismo promoveu no sistema educativo dos diferentes países da América Latina.

Na segunda, “O movimento pedagógico latino-americano”, expõe-se a proposta de construção de tal movimento, dividindo-a de acordo com as respostas às seguintes questões:

- O que é o Movimento Pedagógico Latino-Americano?
- O que propõe o Movimento Pedagógico Latino-Americano?
- Como se constrói o Movimento Pedagógico Latino-Americano?
- Quais são os aspectos centrais que o Movimento Pedagógico Latino-Americano leva em conta para o seu trabalho?

Na terceira parte, “A educação que queremos”, indicam-se os aspectos centrais da proposta educativa do Movimento Pedagógico Latino-Americano, dividindo-a em:

- A nossa proposta educativa.
- As escolas que propomos.
- A pedagogia que propomos.
- O currículo que queremos.
- A avaliação que queremos.
- O uso de tecnologias no processo educativo.
- Os estudantes que queremos formar.

Na quarta parte, “O papel do estado na Educação”, registra-se aquela que consideramos dever ser a relação entre Estado e educação. Na quinta parte, “As docentes e os docentes no Movimento Pedagógico da América Latina”, são expostas as conclusões sobre o papel desses profissionais no processo educativo. Já na sexta parte, “Os sindicatos no Movimento Pedagógico da América Latina”, destaca-se qual deve ser o papel das organizações sindicais no interior do Movimento. E numa parte final, apresentam-se algumas discussões que parecem permanecer inconclusas, a julgar pelo conteúdo das memórias elaboradas pelas diferentes organizações.

1. O sistema educativo no neoliberalismo

A educação, em si mesma, constitui-se num fato social, cultural, político e ideológico. Cumpre o papel de manter o status quo, de reproduzir a ordem social existente, quando marcada por relações de dominação, iniquidade e injustiça, enquadrando-se, assim, dentro de modelos educativos comportamentais, antidemocráticos, verticais; modelos que, delineados a partir dos setores dominantes, correspondem ao que Paulo Freire denominou de educação bancária.

Com o neoliberalismo, desde o início dos anos oitenta, em alguns países, e dos anos noventa em outros, nossos governos vêm aplicando uma série de medidas que mudaram e continuam mudando radicalmente a concepção de educação pública. Tais medidas são aplicadas na forma de políticas públicas e de forma fragmentada; foram definidas, tanto por sua intenção como por suas consequências, como uma contrarreforma da educação pública; e são orientadas por organismos financeiros internacionais.

Essa contrarreforma educativa abandonou, de maneira intencional, a essência do antigo currículo, no qual se estabelece o tipo de seres humanos que se aspira formar, para quais propósitos está voltado e qual visão de sociedade o perpassa.

Para fortalecer seu posicionamento político diante desses processos de contrarreforma da educação, o Movimento Pedagógico Latino-Americano da Internacional da Educação considera primordial a compreensão dos aspectos fundamentais a respeito do contexto: a clara identificação das forças sociais que impulsionam o processo e as tendências gerais do mesmo, para além, inclusive, do que afirmam os documentos oficiais.

Entre os aspectos que vinculam o comporta-

mento geral do proceso de contrarreforma, temos, por um lado, o nível das normas e disposições legais reguladoras da educação pública e, por outro, as mudanças verificadas no modelo educativo. Ambos os aspectos, assim como o processo em geral, respondem a uma mesma lógica: a lógica do mercado, da mercantilização da educação pública, subvertendo seu conteúdo de direito humano fundamental para o de serviço, uma mercadoria com a qual se pode lucrar. A ideologia neoliberal foi implantada para ajustar a educação, a escola, o ensino, a didática, a pedagogia, a profissão docente aos interesses da mercantilização e da privatização da educação.

Tais processos de reestruturação respondem às demandas do modelo econômico e político dominante, com vistas a consolidar seu papel de ferramenta para a reprodução ideológica e cultural que historicamente sustenta sistemas de injustiça, desigualdade e crescente pobreza na região. Dessa forma, as alterações na trama jurídica que tutela a educação pública têm uma característica central, a da desresponsabilização do Estado quanto às suas obrigações históricas frente à coletividade.

No neoliberalismo, os trabalhadores e trabalhadoras docentes se vêm reduzidos a simples executores das políticas e programas estabelecidos pelo sistema; procura-se converter cada qual em agentes de produção, esquecendo-se de suas necessidades como seres humanos; promove-se a sua despersonalização e submissão; descarta-se o seu profissionalismo e, conseqüentemente, considera-se cada um como um trabalhador não profissional; nega-se a sua participação ativa e a sua criatividade nos processos, vendo-os como simples receptores a quem cabe cumprir ordens.

Com o neoliberalismo, a situação de trabalho

das professoras e dos professores se vê bastante degradada já que os governos não reconhecem o valor de seu trabalho, o que se evidencia em medidas – ou tentativas de medidas –, dentre as quais se destacam:

- Aumentar sua carga de trabalho mediante a adoção de diversas medidas, de que são exemplos: a flexibilização da jornada de trabalho e a implementação de oito horas-relógio, desconsiderando o tempo de recreio, o que significa dobrar a jornada e reduzir o salário; o fechamento de escolas unidocentes e a transformação de outras, pluridocentes, em unidocentes; o excessivo número de alunos e alunas por turma.
- Impor a tais profissionais uma relação de múltiplas funções, como a obrigação de, alguns deles, dividirem suas aulas em disciplinas que não correspondem às suas respectivas especialidades.
- Reduzir a receita, não só por meio da manutenção de baixos níveis salariais, como também: pela restrição das aposentadorias, com a adoção de diversas medidas promotoras de reformas das leis de previdência e pela falta de orçamento para os sistemas de pensões; pela retirada de rubricas do orçamento destinadas a docentes técnicos práticos; e pelas mudanças na jornada de trabalho que reduzem o valor da hora/aula.
- Manter processos deficientes de profissionalização e de capacitação docente.
- Segmentar e elitizar o sistema educativo, tanto pela divisão de docentes em colégios “bons” e colégios “maus”, como pela divisão das docentes e dos docentes em setores diferenciados: um, de contratados temporários, sem estabilidade e flexíveis; e outro, de trabalhadoras e trabalhadores regidos por contratos permanentes, gozando de todos os direitos trabalhistas.
- Culpabilizar as docentes e os docentes como os únicos responsáveis pelos resultados do processo educativo e pelos resultados de avaliações punitivas e marcadas por sanções.
- Manter um tratamento burocrático e ineficaz, capaz de obrigar as docentes e os docentes

a entrar em extensas e humilhantes filas, sob chuva ou sob sol, tratando-os com indiferença, submetendo-os a uma burocracia exaustiva – papéis, regras, regulamentos, normas de controle, estruturas e exigências normativas.

- Desconhecer a organização das docentes e dos docentes, mediante perseguição aos militantes sindicais, criminalização dos protestos sociais e acusações a sindicalistas.

Como resultado de tudo isso, o magistério vive numa atmosfera de instabilidade, tanto de trabalho quanto salarial, marcada pela incerteza e tensão, diante das contantes violações dos seus direitos – de trabalho e humanos –, por parte das autoridades governamentais.

Ao invés de promover, os governos obstruem a criação e a existência dos espaços de reflexão para a realização de novas leituras acerca da educação em suas complexas conexões com a realidade, indispensáveis à concretização de uma pedagogia crítica, criativa e democrática; pedagogia capaz de responder às necessidades e aos interesses da comunidade educativa. No entanto, é às docentes e aos docentes que apontam como responsáveis pelos resultados negativos do sistema educativo.

A formação profissional é orientada pela pseudopedagogia das competências, a qual deprecia o papel social do educador e da educadora e sua capacidade de formulação de conhecimentos, com o objetivo de convertê-los em simples reprodutores de informações previamente determinados pelos formuladores das políticas públicas. Trata-se de uma orientação neoliberal, bastante difundida nos currículos escolares, contra a qual devem lutar as docentes e os docentes bem formados e conscientes de seu papel social.

Sob essa mesma lógica, as docentes e os docentes são avaliados numa perspectiva punitiva, o que afeta seus salários, sua estabilidade no emprego e seu prestígio profissional; além disso, como dissemos, são apontados como os únicos responsáveis pelo que acontece no processo ensino-aprendizagem. Isso porque são



Devemos **continuar fomentando** a luta dos trabalhadores da educação, seja no que se refere à disputa pelo projeto educativo, seja no de sociedade, defendidos pela classe trabalhadora. [“NOSSA PROPOSTA EDUCATIVA” P.14]

vistos sob a ótica neoliberal que enfatiza resultados de eficiência, estabelecidos de um ponto de vista econômico, voltado para otimizar os recursos da educação para estabelecer mecanismos de competitividade para o mercado, orientados para a “modernização da educação”.

Assim, a avaliação padronizada fomenta a competição e o individualismo, mesmo que, em seus discursos, as reformas educativas enfatizem a importância de se promover a solidariedade e a cooperação.

Esse tipo de avaliação, geralmente elaborada por consultorias de capital privado, desconhece a diversidade cultural, étnica e social de nosso povo e contradiz o princípio básico de que a avaliação educativa deve ser realizada não só no próprio contexto onde se realiza o processo ensino-aprendizagem, mas também pelas pessoas diretamente envolvidas no mesmo.

Por sua vez, tal avaliação representa um alto custo para nossos países, são um grande negócio que inclui uma grande quantidade de instituições privadas que se dedicam a oferecer cursos preparatórios para a realização das mesmas.

Paralelamente, realizam-se processos de supervisão politizados, burocráticos e autoritários.

O neoliberalismo impõe um currículo escolar exigido pelo Banco Mundial, que responde a realidades de sociedades com culturas mais desenvolvidas, e dirigido exclusivamente aos interesses do capital, no sentido de formar mão de obra barata e acrítica. Reproduzem-se princípios de qualidade total (empresarial), sob o argumento da eficiência na aprendizagem e na gestão pública escolar e dos sistemas de ensino, desconsiderando completamente a identidade cultural e as infinitas interfaces da educação, capazes de contribuir para a emancipação dos sujeitos em seu processo de formação. A formação do estudante mostra-se orientada para preparar pessoas individualistas, egoístas, consumistas.

O currículo do neoliberalismo estabelece papéis e estereótipos sexistas, classistas, centrados no mundo adulto e etnocêntricos (sem reconhecer a visão dos povos indígenas), seja de maneira oficial ou subjacente, em detrimento da população estudantil, do magistério e de todos os demais atores sociais.

Vale dizer, a reforma educativa mantém ou aprofunda um sistema público deficiente, de má qualidade, incapaz de garantir acesso à totalidade da população, já que persistem mecanismos e práticas de exclusão, de inclusão-exclu-

dente e de discriminação intraescolar, os quais, em numerosas oportunidades, contribuem ativamente para a produção e a reprodução da desigualdade educativa e social, aprofundando as injustiças instaladas, tanto no plano econômico, quanto político e cultural.

A tudo isso, há que se acrescentar a evasão escolar e o alto índice de repetência escolar, além da pequena ou inexistente integração entre o ensino médio, ensino superior, deixando desprotegidos os estudantes ao concluírem o ensino médio.

As estudantes e aos estudantes são aplicados instrumentos de avaliação padronizados que enfatizam a repetição memorística e acrítica de conceitos e conteúdos, tomados como verdades absolutas, estáticas, descontextualizadas e, para elas/eles, carentes de significado. Desse modo, elas/eles respondem a um modelo pedagógico comportamentalista, imobilizador, antidemocrático, chamado por Paulo Freire, como aqui já nos referimos anteriormente, de educação bancária, cuja principal função é a de manter a ordem social vigente, marcada por relações injustas, desiguais, discriminatórias, características da dominação.

A lógica da qualidade da educação que se vem impondo conduz à aplicação de simples provas estandardizadas como instrumentos que se prestam a disfarçar e ocultar a realidade econômica, social e política de nossos países. Sob a influência dos tratados de livre comércio e do Banco Mundial desprestigia-se a educação pública em favor da educação privada, adequando-as ao interesse neoliberal de condicionar a educação aos interesses do mercado.

Tais formas de avaliação não respondem a princípios de equidade e inclusão, impedem o reconhecimento e a atenção às diversas formas de sentir, viver e agir de cada região do país, não consideram os contextos, estão orientadas para quantificações e para os conteúdos, e não para o conhecimento, nem mesmo para os processos de aprendizagem, valorizando apenas os objetivos comportamentais em detrimento dos objetivos atitudinais.

Nos diferentes países da América Latina, a reforma educativa não surge das características que se destacam na realidade de cada país, mas das diretrizes, do acompanhamento, da assessoria e do financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A concepção, as políticas e as medidas que integram a reforma empreendida foram encaminhadas no sentido do aprofundamento do mo-

delo econômico e social, o modelo neoliberal, que se orienta em busca da transformação do Estado e de seu papel, mediante a redução de seu caráter social e a privatização de atividades e serviços, a flexibilidade do trabalho e a ampliação da exclusão social.

Mesmo em países onde o setor da educação tem contado com recursos pela presença de governos populares, não se pode falar que a “educação pública, verdadeiramente gratuita, obrigatória e de qualidade”, seja uma política de Estado.

Os cortes nos investimentos em educação trazem impactos de diferentes tipos:

- Por um lado, afetam a formação, tanto de estudantes quanto de docentes, nas universidades públicas. Tal desresponsabilização do Estado no que se refere à formação torna-se cara e obriga professoras e professores a, eles próprios, a financiarem. Igualmente, a capacitação e o aperfeiçoamento profissional do magistério tornam-se medíocres e contam com vagas reduzidas.
- Por outro lado, conduzem à deficiência da infraestrutura e à precariedade das instalações, com a ausência de serviços básicos, prédios inacabados, mobiliário insuficiente, carência de materiais didáticos, superlotação de salas de aula, carência de laboratórios, ausência de espaços físicos para atividades de aperfeiçoamento.
- Além do mais, afetam a proteção social dada às estudantes e aos estudantes, como é o caso da merenda escolar, mesmo considerando-se que em alguns países foi ampliada a entrega de kits escolares.

O sistema educativo apresenta uma significativa proliferação de escolas particulares sem regulamentação estatal, cujos programas se orientam a dar uma formação de escassa ou nenhuma qualidade, produzindo profissionais com pouca consciência social e com uma formação técnica sumamente pobre ou medíocre, em relação à sua especialidade.

Com respeito à educação, a proposta de descentralização do Estado nada mais é do que tentar fazer com que a educação pública passe a ser de responsabilidade dos governos locais – desresponsabilizando o Estado – com a intenção de repassar os custos da educação para as famílias e para as comunidades educativas.

Ou seja, em termos comparativos, enquanto várias parcelas da população e do território receberam poucos frutos do estilo de desenvolvimento, outras poucas parcelas e regiões foram os grandes beneficiados.

Ademais, pode-se dizer que os sistemas educativos mantêm diversos problemas, tais como:

falta de continuidade de programas e ausência de acompanhamento pedagógico; improvisação, falta de transparência; clientelismo e corrupção; falta de aplicação das normativas e leis vigentes; deficiências da educação técnica e especial; excesso de pessoal no setor burocrático sem capacidade para cumprir adequadamente sua função administrativo-pedagógica, verificando-se permanente rotatividade, mudança de autoridades e conflitos entre as diferentes instâncias do sistema; etc.

Os setores hegemônicos que controlam o aparelho administrativo do Estado têm implementado um discurso contraditório nos documentos oficiais que produzem, nos quais mesclam correntes ideológicas irreconciliáveis, com a finalidade de dar a entender que tais mudanças são favoráveis aos sistemas educativos e à comunidade educativa. Falam de participação cidadã, de democratização e de empoderamento das comunidades educativas, de descentralização, de fortalecimento da educação, de “qualidade”, dentre outros. Na realidade, trata-se não só de mudanças nos modelos de gestão, voltados para a responsabilização exclusiva do corpo docente pela “qualidade” da educação, como também da perda de direitos básicos de trabalho, da desregulamentação do trabalho, na tentativa de “baratear os custos” da educação pública; trata-se, pois, da descentralização como uma forma de retirar do Estado a responsabilidade pela educação.



Os governos devem garantir a equidade e devem assumir sua responsabilidade na destinação de instrumentos e recursos tecnológicos às instituições educativas, a fim de eliminar lacunas entre as estudantes e os estudantes que a eles têm acesso e quem não tem. [“AS ESCOLAS QUE PROPOMOS” P.15]

2. Movimento pedagógico latino-americano

Como vimos no ponto anterior, o neoliberalismo se apropriou, no âmbito do discurso, da palavra “transformação” da educação. O Movimento Pedagógico se propõe a recuperar o discurso da transformação em prol de um projeto educativo democrático e popular. O momento de resistência ao neoliberalismo foi o momento do “não” (não à Área de Livre Comércio para as Américas – ALCA –, não aos Tratados de Livre Comércio – TLC –, não à educação como bem de consumo, não à sua mercantilização). Hoje é o momento de sustentar o “sim” e criar o “como”, para demonstrar que nós, as educadoras e os educadores não somos meros espectadores e temos capacidade de construir uma proposta educativa alternativa à proposta neoliberal, por meio de um Movimento Pedagógico Latino-Americano.

2.1 O que é o Movimento Pedagógico Latino-Americano?

É uma instância de reflexão, diálogo, análise e construção pedagógica destinada a criar consciência nas docentes e nos docentes da América Latina, no sentido de que a luta, hoje, está centrada, basicamente, na defesa do direito social à educação pública com qualidade. Instância constituída a partir das bases, num espaço de encontro que reúna o singular e o múltiplo na forma de conceber e imaginar o que queremos para a América Latina. Diverso como nosso território, como nossas etnias e raças, como nossa cultura, feita de milhares de vozes, de milhares de cores e com participação democrática real.

Seu objetivo fundamental é o de apresentar propostas alternativas frente às ideias, planos e propostas em voga no campo educativo – privatizantes e reprodutores de desigualda-

des –, que os governos vêm impondo, a partir da perspectiva neoliberal, sem considerar a realidade sócio-econômica e cultural em que se desenvolvem os processos educativos.

Naqueles lugares onde o povo conquistou governos com evidente compromisso com a justiça social e com o aprofundamento da democracia, as propostas do Movimento Pedagógico se orientam no sentido de aprofundar as políticas públicas educativas que estejam de acordo com nossa proposta. Nesses casos, quando estão sendo implementadas novas políticas sociais para enfrentar o neoliberalismo, o currículo escolar precisa ser reformado para que responda a essas novas políticas sociais, de modo a superar o currículo que obedece aos interesses do poder econômico.

Diante da preocupante situação do mundo atual, o Movimento Pedagógico Latino-Americano recorre às fontes do ser, da vida, da humanidade, dos grandes valores comunitários, da autêntica educação do espírito humano. Tenta, assim, ir na direção daquilo que reclamam enfaticamente as cientistas e os cientistas, as grandes pensadoras e os grandes pensadores, como mulheres e homens líderes deste nosso tempo. Todas elas e todos eles concordam em que tal busca deve dirigir-se aos fundamentos e aos valores transcendentes da pessoa humana, da sociedade e da cultura, como bem registra o projeto Carta da Terra (Johannesburgo, 2002): “Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo”.

2.2 O que propõe o Movimento Pedagógico Latino-Americano?

O Movimento Pedagógico Latino-Americano, enfatizamos, se propõe a construir uma pro-

posta de política alternativa para se contrapor ao modelo educativo neoliberal, privatizante, que impulsiona setores econômicos e políticos locais, assim como organismos internacionais, modelo este que considera a educação como mecanismo de acumulação capitalista, como negócio, negando os direitos fundamentais da sociedade.

O elemento central da proposta do Movimento Pedagógico é entender a educação como um direito humano fundamental e defender a educação pública e sua transformação, tendo em conta o contexto social, político, econômico, histórico, para garantir que seja de qualidade, integral, gratuita, obrigatória, democrática, crítica, solidária, inclusiva, pluri e intercultural, participativa, laica, justa, libertadora, científica, emancipatória, integradora e inovadora, posta a serviço do ser humano, como ferramenta fundamental para o seu próprio desenvolvimento integral e o da sociedade como um todo.

O Movimento Pedagógico concebe a pedagogia como saber fundante das docentes e dos docentes quando se trata de procesos de formação científica e humanística, e como opção de luta e resistência frente à imposição do modelo neoliberal quando da definição das políticas educativas do país. Para a construção de uma pedagogia alternativa, o Movimento Pedagógico deve reorientar suas ações buscando, de forma unitária e com ampla participação de todas e de todos os educadores, variadas instâncias de estudo, reflexão e experimentação e pesquisa, que possam conduzir a uma nova concepção pedagógica: crítica, inovadora, inclusiva e universal. Ademais, propõe a criação de uma base de dados que recolha e sistematize experiências, materiais didáticos e propostas pedagógicas alternativas criadas por docentes, de modo que o Movimento se nutra de histórias, experiências simples e cotidianas de educadores e educadoras que, em sala de aula, escrevam outra história, a partir da própria aula, construindo,

assim, identidade, ideologia, valores, participação política.

O Movimento Pedagógico concebe o conhecimento como uma construção coletiva, o que significa mais do que colocá-lo ao alcance de todas e todos, construí-lo com base no trabalho coletivo, na práxis, ou seja, na união indivisível entre teoria e prática, entre reflexão e ação.

O Movimento Pedagógico propõe a construção coletiva de ferramentas teórico-metodológicas e pedagógicas que possam conduzir à desconstrução dos modelos educativos, políticas e práticas neoliberais, e que provocam impacto no currículo real, de modo que as comunidades educativas realizem novas leituras de acordo com a formação de sujeitos histórico-sociais transformadores da sociedade, de acordo com o paradigma sócio-cultural e os modelos educativos críticos, democráticos e emancipatórios.

O Movimento Pedagógico propõe o empoderamento dos sujeitos políticos e a construção de novas categorias teóricas e conceituais que inaugurem uma nova linguagem e outras possibilidades para uma educação pública, democrática, científica, baseada na realidade da dimensão humana da educação e no conhecimento científico, como também em sua necessária contextualização, de acordo com as realidades sociais e educativas da população. Isso implica uma revisão radical da própria linguagem e o avanço da crítica rigorosa quanto ao emprego de termos como qualidade, desenvolvimento humano, capital humano, competências, padrões mínimos, certificação, competitividade, credenciamento, empreendimento e outros tantos que introduzem um tipo de linguagem que vai adaptando o pensamento e a ação educativa aos mesmos parâmetros das empresas, de modo que, paulatinamente, vai adequando o funcionamento do educativo à perspectiva de sua utilidade, subordinando-o à lógica do



A pedagogia que o Movimento Pedagógico propõe deve ser motivadora para permitir que os **estudantes desfrutem o processo de aprender** e apreender, e leve a sua curiosidade a se transformar em curiosidade científica, promotora de aprendizagens diversas e libertadoras, que perpassam a construção do conhecimento científico e de habilidades múltiplas.

[“A PEDAGOGIA QUE PROPOMOS” P.16]

mercado. A crítica é fundamental para instaurar no Movimento Pedagógico a necessidade de se situar num dos fundamentos e conceitos da educação e da pedagogia, de modo a superar essas visões de uma educação a serviço do mercado.

Diante das avaliações padronizadas e descontextualizadas em curso em nossos países, o Movimento Pedagógico destaca a necessidade de serem realizadas avaliações integrais do sistema educativo, com a intenção de buscar soluções para as deficiências encontradas, avaliar os conteúdos ensinados, a profundidade com que são trabalhados e o quão compreensíveis se mostram para a classe de alunos.

2.3 Como se constrói o Movimento Pedagógico Latino-americano?

O Movimento Pedagógico é entendido como um meio de articulação, respeitando as diferenças, das forças das organizações docentes da América Latina e do Caribe. Ele facilita a troca de experiências para, a partir de uma visão comum, se possa trabalhar no enfrentamento dos problemas que afetam os sistemas educativos e se articulem ações perante os estados, de modo que assumam os compromissos exigidos para fazer da educação um instrumento de construção de cidadania.

Essa unidade e articulação das organizações docentes se desenvolvem em torno da Internacional da Educação e do Movimento Pedagógico Latino-Americano por ela promovido, posto que, não apenas temos objetivos comuns na defesa e fortalecimento da educação pública e na luta contra o modelo econômico que afeta docentes, estudantes e toda a sociedade, como também compartilhamos objetivos quanto à construção de um presente e um futuro de integração, independência e soberania.

O Movimento Pedagógico apresenta-se como uma oportunidade para que as organizações docentes, em conjunto com outros setores da sociedade, venham a assumir um papel de protagonista na elaboração de políticas públicas orientadas na defesa do direito à educação, para cuja conquista deve interrogar-se sobre suas relações com o Estado. Constitui-se num processo permanente de ação, diálogo e reflexão sócio-pedagógica, coletiva e participativa, integrado por diferentes setores e atores, educadoras e educadores de todos os níveis e modalidades, estudantes, famílias, comunidades, jovens, intelectuais pro-

pressistas, que preconizam transformações educativas, capazes de promover mudanças requeridas pela sociedade. Trata-se da construção de redes de trabalho com a sociedade, para reunir as contribuições, a partir das bases das comunidades, de modo a reformular o papel da escola, vinculando-a a seu contexto e convertendo-a em centro de elaboração de ideias, propostas e soluções diante das demandas econômicas, sociais e culturais. É participação do magistério nos distintos espaços da sociedade, nos processos em que se debatem os temas da agenda nacional, regional, local-comunitária quanto aos processos de mudanças exigidos pela sociedade.

O Movimento Pedagógico Latino-Americano fortalece a unidade interna de cada sindicato e a coordenação intersetorial. Propicia processos de consolidação da consciência sindical e da assunção de uma maior identidade e compromisso, por parte do magistério, em relação às suas organizações. Estabelece unidades de trabalho e pesquisa pedagógica, para gerar o empoderamento das bases do magistério, comprometendo-as com a formulação de propostas para sua participação nos processos de debate e para interferir na tomada de decisões sobre a problemática educativa.

O Movimento Pedagógico implementa processos de capacitação analítica, reflexiva e crítica sobre a situação da educação na América Latina. Com isso, procura gerar critérios coletivos para a construção de uma posição e uma ação político-sindical, partindo da compreensão de elementos centrais, os princípios de justiça social e seu possível impacto no direito humano à educação e nos direitos trabalhistas de trabalhadoras e trabalhadores da educação.

O Movimento Pedagógico tem por proposta contar com espaços permanentes de reflexão sócio-pedagógicas de modo a influenciar e permear toda a sociedade com as análises, conclusões e propostas deles surgidas, com vistas a que a sociedade possa estabelecer as diferenças entre o modelo educativo imposto e aquele que sustenta o Movimento Pedagógico promovido pela Internacional da Educação para a América Latina, de maneira que este ganhe força e obtenha reconhecimento social.

O Movimento Pedagógico realizará os estudos que revelem as contradições existentes entre o discurso dominante e a desvalorização e a mediação da cultura e línguas autóctones de nossos povos. Com isso, demons-

trará e denunciará a incongruência existente entre um discurso que prega uma formação ética, estética e cidadã e, por exemplo, promove a cescente redução de postos de trabalho nas áreas de humanidades, educação física e educação artística.

O Movimento Pedagógico propõe socializar as experiências pedagógicas surgidas no interior da escola e tomar a experiência da sala de aula, de maneira crítica, como base para a compreensão qualitativa dos procesos educativos e para a mudança sustentável dos mesmos e de suas práticas. Tais experiências de sala de aula são fruto de trabalho docente coletivo de construção crítica e democrática do conhecimento, de diversidade sócio-cultural e igualdade nas diferenças, de educação popular na escola, de articulação entre escola, Estado, famílias e organizações sociais, de conhecimento da problemática latino-americana.

O Movimento Pedagógico se propõe a incentivar a participação sindical em torno da demanda pela dignificação da profissão docente, como fator desencadeador da melhoria da qualidade da educação. O Movimento Pedagógico definirá dispositivos para a interpretação, mobilização, ação e participações inovadoras, políticas e intelectuais das professoras e dos professores.

2.4 Quais são os aspectos centrais que o Movimento Pedagógico Latino-Americano leva em conta para seu trabalho?

O Movimento Pedagógico levará em conta os seguintes aspectos para desenvolver seu trabalho:

- A Educação deve ser garantida pelo Estado e a proposta pedagógica deve ser pensada e construída a partir da esfera pública, com a participação ativa dos atores educativos.
- As relações de comunicação devem ser horizontais e deve haver diálogo entre as diversas perspectivas, num marco de pluralismo e de dinamismo, capaz de propiciar o sentido humanista e a capacidade de cada qual se relacionar com os demais.
- As lógicas corporativas devem ser rompidas em nome de um encontro com todas e todos os outros.
- O ser humano evolui em seu meio social e natural. Na medida em que transforma o ambiente, transforma-se a si mesmo.
- E educação é um ato político e de recriação da realidade. A docência é um ato coletivo: político-social; produtor do saber e por ele responsável, como também pela educação, e é transformador.
- No proceso educativo todas e todas aprendemos.



O currículo deve ser definido a partir do aprofundamento e da promoção das estratégias democráticas e participativas, na qual **os atores sociais envolvidos sejam capazes de contribuir**, propor, dialogar e avaliar as diretrizes e as estratégias que permitam o desenvolvimento do conhecimento, legado pela Humanidade, de uma maneira criativa, prazerosa e científica. [“O CURRÍCULO QUE QUEREMOS” P.16]

3. A educação que queremos

3.1 Nossa proposta educativa

O Movimento Pedagógico manifesta, em seu discurso e em sua prática, a sua postura ético-política, afirmando que o processo educativo não se dá no vazio e não é neutro, nem política nem ideologicamente, o que faz com que todas as análises e abordagens pedagógicas devem levar em conta o paradigma e o modelo educativo no qual se circunscreve, já que são eles que determinam a visão de mundo e de educação. No entanto, propõe romper com a tradição de uma educação que se presta para reproduzir a ideologia dominante e reconhece que, nos processos em que esta é gestada, também são gerados modelos educativos democráticos e emancipatórios, comprometidos com a transformação social em direção a um mundo mais justo e igualitário. O Movimento Pedagógico afirma ser possível fazer uma educação popular a partir do Estado, se há um projeto popular que a sustente, sobretudo num momento histórico que impulse e enriqueça os debates, e que nos abra a oportunidade de contribuirmos, a partir de nossas escolas, com todas as múltiplas experiências e organizações com as quais convivemos diariamente em nossos espaços e nos contextos sociais onde desenvolvemos nossa tarefa.

No entanto, mesmo em países onde governos democráticos e populares consolidaram projetos comuns de inclusão social, o direito à educação que queremos é ainda um processo em disputa. Em razão disso, devemos continuar fomentando a luta dos trabalhadores da educação, seja no que se refere à disputa pelo projeto educativo, seja no de sociedade, defendidos pela classe trabalhadora.

O Movimento Pedagógico apresenta uma proposta educativa que responde às necessidades atuais, proposta que reflete o perfil, o currículo

lo e as características do tipo de docente e de estudante que queremos formar, de modo a responder satisfatoriamente às necessidades de sua realidade universal, além das de seu entorno específico, motivo pelo qual a proposta pedagógica alternativa deve ter características de universalidade para que seja funcional em relação às novas gerações, por muito tempo; sem deixar, porém, de responder a um novo paradigma, num mundo globalizado e tumultuado, fragmentado e sofrendo os efeitos das políticas neoliberais vigentes, como o mundo atual.

O Movimento Pedagógico considera que a educação é um direito humano fundamental que permite o desenvolvimento de todas as qualidades, habilidades, potencialidades, destrezas, atitudes, aptidões e talentos do ser humano, por meio da qual a pessoa pode se desenvolver em âmbito pessoal, grupal, de trabalho e comunitário, tornando-se útil e autossuficiente.

O Movimento Pedagógico propõe que a educação esteja vinculada às aspirações de transformação social, desenvolvendo capacidades para impulsionar e conquistar a inclusão social e a equidade na América Latina e no Caribe. Um aspecto essencial presente nas propostas pedagógicas alternativas é a concepção de que, para se alcançar a justiça social, é indispensável a transformação educativa estar ligada a formas contra-hegemônicas de ver a realidade de nossos países. Assim, a educação se assume como um campo de batalha ideológica, na qual é fundamental o compromisso com a transformação da própria realidade.

O Movimento Pedagógico promove uma visão educativa de essência libertadora que considera o trabalho pedagógico como um instrumento capaz de desnaturalizar a ideologia neoliberal junto a estudantes e professores, de modo a pensar uma pedagogia, um ensino e uma didá-

tica que fortaleçam nossa identidade histórica e cultural, e estimule a solidariedade de classe na região. A relação da educação com o exercício das liberdades, repousa na necessidade de uma nova formulação para esse direito humano, com a finalidade de que a educação se redescubra como uma prática humana essencialmente livre, a serviço do desenvolvimento pessoal e social que, por sua vez, provoca um profundo impacto na configuração de toda a sociedade, como meio válido e eficaz para a evolução em direção à igualdade, à solidariedade e à paz. É importante construir um conceito de educação na democracia, um conceito que não seja resultado de uma política de Estado, imposta por governos de ocasião, mas que seja fruto da discussão entre grupos da sociedade civil e dos atores do processo educativo.

O Movimento Pedagógico concebe a educação como um fato político, ideológico, sob o princípio da práxis, no qual o conhecimento se constrói coletiva e democraticamente, mediante a interação social, estando em constante transformação. Para que ela assim se configure, é fundamental ter como ponto de partida o contexto político, social, cultural, econômico; e considerar as pessoas como sujeitos histórico-sociais e culturais, capazes, responsáveis por analisar e interpretar a realidade com vistas a transformá-la.

A educação que queremos deve: considerar o tipo de educação de que cada país necessita, assim como as necessidades das educandas e dos educandos; permitir o desenvolvimento crítico e autônomo das estudantes e dos estudantes, formando-os para a vida e para o trabalho; para a transformação individual e social; para gerar equidade no campo e na cidade; para se estar livre de discriminações; para gerar desenvolvimento científico; para promover o respeito ao meio ambiente; para fundamentar-se no respeito à diferença e à diversidade, porém, promovendo a igualdade, a inclusão, a justiça e a consciência social; para orientar-se diante de questões, de maneira fiel ao respeito ao ser e ao saber de todos e de todas as estudantes; para ser um veículo voltado à transformação e à emancipação; para legitimar outros saberes e conhecimentos, atualmente tornados invisíveis e, como dissemos anteriormente, para ser uma educação de qualidade, integral, gratuita, obrigatória, reflexiva, crítica, solidária, inclusiva, pluricultural, intercultural, participativa, laica, justa, libertadora, científica, emancipatória, integradora e inovadora, posta a serviço do ser humano, como ferramenta fundamental para o seu próprio desenvolvimento integral e de toda a sociedade.

A educação que queremos é um instrumento indispensável para a luta contra a pobreza e a exclusão social e encaminha-se para ajudar os indivíduos a se desenvolverem como pessoas e a integrarem-se à sociedade, mediante a transmissão dos múltiplos aspectos do patrimônio cultural de cada povo e da Humanidade; ela é, portanto, uma expressão do direito à cultura, fator de integração social e mola propulsora do desenvolvimento humano dos povos.

3.2 As escolas que propomos

As escolas devem ser alternativas. Entendemos o alternativo como práxis política, social e pedagógica, na contramão dos desígnios do neoliberalismo para a educação; a partir da prática cotidiana, propiciamos a transformação pedagógica da escola, levando em conta as necessidades e a realidade da vida escolar e não as razões técnicas, instrumentais e empobrecedoras, que reduzem a prática educativa às exigências do rendimento escolar imposto pelo mercado; propomos mudar a organização da instituição educativa, assumindo o papel que a vida democrática tem na formação das pessoas e a prioridade ao seu caráter humanista, em oposição às ideias tecnocráticas e de orientação gerencial que reduzem a ideia da organização ao seu funcionamento como empresa.

As escolas devem ser organizadas de maneira que garantam o acesso a todas as meninas e a todos os meninos e jovens em idade escolar, promovendo políticas de inclusão que garantam adequada infraestrutura, já que é um direito de quem vive situações especiais não permanecer isolado.

As escolas devem ser transformadas em espaços de trabalho coletivo, colaborativo, onde se dê o contraprotagonismo de sujeitos, sejam estudantes, sejam trabalhadoras e trabalhadores, tanto docentes como não docentes. Precisamos de uma escola aberta para além de seus muros, uma escola que não se reproduza a si mesma, que deixe de ser uma ilha, uma escola que seja um nó de uma rede estruturada junto a outras organizações de seu contexto social, para seguir na luta pela justiça social, pela ampliação de direitos, pela distribuição da riqueza e do conhecimento.

Entender o processo ensino-aprendizagem como um fato social e cultural requer clareza quanto à relação existente entre o modelo de gestão da educação pública e o modelo educativo que se aplica.

A gestão das escolas e dos sistemas educativos

deve ser democrática, mediante sistemas de gestão como conselhos de educação (nacional, estadual e municipal), os fóruns e as conferências de educação, os conselhos escolares, com a representação de toda a comunidade escolar, e outras instâncias democráticas, as quais devem participar ativamente da construção do projeto político-pedagógico da escola e da rede de ensino. As eleições para diretores e conselhos escolares devem ser diretas. Essa gestão é parte decisiva para a implementação de uma proposta curricular de base social.

Os governos devem garantir a equidade e devem assumir sua responsabilidade na destinação de instrumentos e recursos tecnológicos às instituições educativas, a fim de eliminar lacunas entre as estudantes e os estudantes que a eles têm acesso e quem não tem. Para tanto, devem iniciar por garantir as condições mínimas para a totalidade das escolas de cada país, tais como: acesso à energia elétrica, infraestrutura adequada, refeitórios escolares, já que, como sindicato, não aceitamos meninas e meninos com computadores e com fome.

3.3 A pedagogia que propomos

A pedagogia que o Movimento Pedagógico propõe deve ser motivadora para permitir que os estudantes desfrutem o processo de aprender e apreender, e leve a sua curiosidade a se transformar em curiosidade científica, promotora de aprendizagens diversas e libertadoras, que perpassam a construção do conhecimento científico e de habilidades múltiplas.

A pedagogia deve propiciar um sistema e uma vida democrática real e, para tanto, deve ser ativa, participativa e protagonista, crítica e reflexiva, onde se fomente a cooperação, o compartilhar em lugar do competir, o trabalho em equipe em lugar do estímulo ao individualismo. A solidariedade e a igualdade em lugar do tratamento privilegiado e discriminatório em função da posição social. É necessária uma democracia em grande escala para superar as desigualdades, mudando as condições que as criam.

A educação que queremos se constrói a partir da identificação, empoderamento, socialização e sistematização de experiências pedagógicas alternativas, surgidas no mundo da escola, experiências que tratem da inclusão, dos direitos humanos e da participação democrática. Tais experiências têm mostrado seu potencial como opções de transformação pedagógica dentro das instituições. O Movimento Pedagógico propõe a realização de encontros de diversos tipos para a socialização e apropriação crítica da di-

versidade de tais experiências, as quais podem ser agrupadas em:

- Experiências de trabalho docente coletivo, construídas por equipes de trabalho constituídas para tal fim (docentes de diferentes turmas, graus e anos, disciplinas, escolas, níveis do sistema educativo, etc.) e que tenham contribuído para melhorar a educação das estudantes e dos estudantes e para a formação e transformação dos saberes docentes.
- Experiências de construção crítica e democrática do conhecimento, que contemplem a participação democrática e crítica de estudantes e docentes na aquisição do próprio conhecimento.
- Experiências de diversidade sócio-cultural e de igualdade nas diferenças. Tal linha compreende todos os aspectos relacionados com: a diversidade sócio-cultural; a educação intercultural bilingue na escola; as experiências de integração de estudantes com capacidades diferenciadas; a sexualidade, o gênero, a violência de gênero e as estratégias postas em jogo nas escolas para tratar de tais questões.
- Educação popular na escola pública, a qual concebe a escola como espaço de autoeducação, sobre a qual se reflete a partir das próprias experiências e formas de vida.
- Experiências de articulação entre escola, Estado, famílias e organizações sociais, que compreendem a escola como centro cívico, cultural e comunitário, capaz de articular práticas da escola com o Estado e/ou com organizações sociais, experiências que contemplem a participação democrática e cidadã das estudantes e dos estudantes e de toda a comunidade.

3.4 O currículo que queremos

Uma pedagogia alternativa traz em si uma nova concepção e estruturação do currículo. Todos os seus elementos endógenos e exógenos devem responder às necessidades psicossociais, emocionais, culturais, históricas e econômico-produtivas da maioria, assim como às aspirações e problemáticas determinadas pelos participantes do quefazer educativo.

É por isso que o currículo deve ser definido a partir do aprofundamento e da promoção das estratégias democráticas e participativas, na qual os atores sociais envolvidos sejam capazes de contribuir, propor, dialogar e avaliar as diretrizes e as estratégias que permitam o desenvolvimento do conhecimento, legado pela Humanidade, de uma maneira criativa, prazerosa e científica.

Na atualidade, os planejamentos curriculares são centralizados e incluem os interesses da classe governante e das políticas ditadas pelas leis do mercado. Há uma ausência notável das construtoras e dos construtores cotidianos da educação: docentes, estudantes e comunidade. É por esse motivo que, óbvio, a estruturação curricular desconsidera as características regionais e promove contradições em todos os âmbitos. Para o Movimento Pedagógico é importante que o currículo e a prática docentes sejam assumidos coerentemente, currículo para cuja elaboração e colocação em prática os docentes devem ter um papel fundamental, já que são eles que o trabalham em sala de aula.

Cada vez mais, a proposta curricular deixa de ter relevância, por responder aos interesses das empresas transnacionais e nacionais e não às necessidades populares. O Movimento Pedagógico propõe uma abordagem integral do currículo, na qual os saberes e o conhecimento, as metodologias e as estratégias reflitam as necessidades de todos e todas as habitantes de nossos países e da educação que queremos para a América Latina. Ou seja, insistimos: uma educação de qualidade, integral, gratuita, obrigatória, democrática, reflexiva, crítica, solidária, inclusiva, pluricultural, intercultural, participativa, laica, justa, libertadora, científica, emancipatória, integradora e inovadora, posta a serviço do ser humano, como ferramenta fundamental para seu próprio desenvolvimento e da sociedade.

O currículo deve ser elaborado na perspectiva dos conteúdos da educação e dos objetos de conhecimento, e deve estar a seu serviço, para o que deve ser um currículo crítico, científico, democrático e emancipatório, e não submetido nem a avaliações padronizadas nem às precárias noções de competências e uniformizações.

Ao mesmo tempo, é necessário garantir as condições para que o currículo se desenvolva observando o princípio democrático de elaboração dos projetos educativos do sistema e das escolas, a valorização das profissionais e dos profissionais e a gestão democrática, a consideração de uma realidade sistêmica e democrática que beneficie o desenvolvimento da maioria das integrantes e dos integrantes de nossa sociedade, como base, e a seleção da cultura sistematizada almejada pelos atores sociais envolvidos no processo educativo, com a finalidade de obter uma transformação coerente, eminentemente social e humana, não apenas no âmbito educativo, como no da realidade circundante.

Em nossa proposta, o currículo se converte num eixo aglutinador de processos inseridos na realidade, os quais provocam e promovem o

desenvolvimento da ciência, da estética e o pleno gozo da convivência, a partir da integração cultural, regional e mundial e, de forma marcante, capaz de deixar marcas indelévels em nossa história, ao procurar harmonizar nosso ser singular com a coletividade. A concepção curricular deve estar orientada para a formação integral, humanizante, atribuindo prioridade a uma educação para a vida, onde se dê importância aos conhecimentos de uso cotidiano e a seu vínculo com os avanços científicos e tecnológicos. Nesse sentido, pensamos uma organização curricular que não seja por disciplina, já que essa gera fragmentação e um tipo de inclusão excludente.

Esse currículo deve corresponder a um projeto de desenvolvimento econômico, social, produtivo, político e cultural que beneficie, como preconizam nossos fins, o povo e a classe trabalhadora. Com tudo isso, nossa proposta curricular caracteriza-se por ser dinâmica e por primar pela superação qualitativa do desenvolvimento do conhecimento, da ciência, das artes, da tecnologia, e da cultura em geral, para poder lograr uma abordagem inovadora e alternativa à que impera na atualidade.

O currículo deve incorporar a interculturalidade, o que exige que sejam considerados outros elementos, tais como a incorporação de valores e particularidades, como, por exemplo, aceitar a roupa de meninas e meninos indígenas, a incorporação de conhecimentos históricos da agricultura, da medicina, do ensino de línguas nativas de nossos povos originários.

3.5 A avaliação que queremos

O Movimento Pedagógico afirma a avaliação como uma política estruturadora do sistema educativo, a qual deve ser processual, qualitativa e de caráter sistêmico e democrático, com a finalidade de se converter num instrumento de aperfeiçoamento do próprio processo educativo. Além disso, deve se constituir como um proceso permanente, integral, formativo, contextualizado, inerente às relações estabelecidas no processo ensino-aprendizagem; portanto, deve ser realizada pelos próprios sujeitos do processo. Seu objetivo deve ser o de obter, analisar e interpretar informações para a tomada de decisões, com vistas à melhoria permanente do processo formativo, e não à qualificação para estigmatizar, reprimir, castigar, desmerecer e excluir.

É necessário serem formulados critérios fundamentais para uma política de avaliação integral, contextualizada, coerente com uma formação

plena, que tenha por referentes centrais as especificidades sócio-culturais, respondendo, assim, às diferentes necessidades de cada região educativa, de acordo com cada modalidade. Trata-se, pois, de uma tarefa crucial, a de confrontar assertivamente as atuais diretrizes oficiais em matéria de avaliação que, além de tornarem mais aguda a problemática da exclusão (mal nomeada de evasão escolar), reduzem a avaliação a uma medição mecânica de conteúdos, em função das demandas do mercado.

Um sistema nacional de avaliação da educação deve ser criado como fonte de informação para avaliar a qualidade da educação básica e para direcionar as políticas públicas que se mostrem necessárias. Tal sistema deverá produzir indicadores do rendimento escolar das estudantes e dos estudantes, indicadores de avaliação institucional relativos ao perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, a relação entre a dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo docente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos de gestão, entre outras características relevantes.

A avaliação de rendimento deve reconhecer a interdependência entre o trabalho do profissional do magistério e o funcionamento geral do sistema de ensino e, portanto, deve ser compreendida como um processo global e permanente de análise de atividades, de modo a proporcionar ao profissional do magistério uma oportunidade de aprofundar a análise de sua prática. Isso, percebendo seus pontos positivos e descobrindo caminhos para a superação de suas dificuldades, permitindo, assim, o seu crescimento profissional, ao mesmo tempo em que oferece ao sistema indicadores que permitam o aperfeiçoamento do processo educativo. Assim, a avaliação deve ser espaço de reflexão entre a docente e o docente e a estudante e o estudante, tendo como resultado a superação de dificuldades e não o fato de os professores virem a atemorizar ou se impor frente aos alunos.

A avaliação é importante para adequar a prática didática às necessidades do alunado, para a tomada de decisões com relação à promoção, titulação, qualificação e credenciamento dos educandos que são os sujeitos de fato. Tais funções, mesmo se analisadas de um ponto de vista pedagógico, possuem também claras dimensões sociais, dentre as quais, a de promover a legitimação de competências profissionais frente ao restante da sociedade. Para uma correta aplicação dessa dimensão, propõe-se o desenvolvimento de momentos de reflexão sobre avaliação, com a participação de toda a comu-

nidade educativa, para o que se faz imprescindível a revolução pedagógica onde o docente se aproprie verdadeiramente de toda a engrenagem educativa e se encarregue de colaborar ativamente da construção do modelo e dos sistemas educativos. Assim, haverá avaliação, autoavaliação e avaliação cooperativa.

A avaliação deve também se dirigir às instituições educativas, e ser interna e externa, tomar em conta seus recursos, sua organização, suas condições de trabalho, o modelo único de qualidade e, no caso do ensino superior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de alcançar resultados socialmente significativos.

3.6 O uso de tecnologias no processo educativo

Os grupos que têm poder hegemônico favorecem a introdução das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na educação, com a intenção de reforçar a forte tendência à sua privatização, substituindo, inclusive, docentes, como já vem ocorrendo em alguns países.

Além do mais, não podemos ignorar que o uso das TICs na educação é um grande negócio para as grandes corporações multinacionais que atuam nesse campo. O acesso à tecnologia e aos recursos didáticos expressam taticamente as lacunas culturais, sociais e econômicas, cada vez mais agudas em nossa sociedade, segregando ainda mais as populações estudantis da zona urbana e rural. Tal se dá com as políticas e projetos que propõem destinar um computador para cada estudante, para além de, ao fazer com que cada pessoa tenha acesso a aparelhos digitais para levar consigo em todo momento, tornar-se uma falácia, pois que aprofunda o fosso social.

Reduzir o tema da melhoria da educação à aplicação das TICs nas escolas e nos processos educativos, desvia a atenção que deve ser dada a fatores estruturais essenciais, tais como, o modelo econômico, as políticas sociais, a dívida externa, a exigência dos organismos financeiros internacionais, dentre muitos outros. Ter computadores e aulas de inglês vêm-se constituindo como falsos indicadores de qualidade de educação.

A mediatização das relações humanas por meio de aparelhos e de sistemas digitais é uma forma de desumanização, pois representa a substituição de relações humanas "cara a cara" e da interação social.

Não obstante, o uso da tecnologia, especificamente na educação, transformou as formas de

aprender e de conhecer. Por esse motivo, torna-se imprescindível incluir tal temática nesta proposta alternativa do Movimento Pedagógico Latino-Americano.

A incorporação da tecnologia ao processo educativo deve advir de um fundamento pedagógico e cultural relevante, para que não seja algo simplista, apenas uma novidade. Existam dois enfoques que têm orientado a incorporação de novas tecnologias computacionais no contexto mundial: o que as utiliza para adequar a educação ao mundo do trabalho e o que as utiliza como ferramenta para a transmissão de conteúdos.

O Movimento Pedagógico propõe um terceiro enfoque, que concebe a tecnologia como uma ferramenta para facilitar aprendizagens, para pesquisar, explorar e, seguindo Piaget e Papert, como um elemento catalisador e gerador de aprendizagens, ao qual se aplica o princípio de aprender fazendo, de aproveitar o erro como fonte de conhecimento. Esse enfoque concebe o docente como aprendiz e revaloriza a interação docente-estudante, como um eixo central de estímulo para os processos cognitivos de ambos.

A introdução da tecnologia informática na educação deve-se dar de maneira paralela à implementação de processos de aprendizagem que propiciem a alfabetização, a superação da evasão escolar e repetência, a ampliação da cobertura do ensino médio ou técnico, só para citar alguns deles, com uma visão de futuro de longo prazo e com abordagens educativas que impliquem conquistas quantitativas imediatas e politicamente rentáveis.

A dotação de ferramentas e de recursos tecnológicos às instituições educativas deve ser feita de maneira tal que elimine as lacunas entre as estudantes e os estudantes que têm acesso a eles e aqueles que não o têm. Para tanto, devem iniciar por garantir as condições mínimas para a totalidade das escolas de cada país, tais como: acesso à energia elétrica, infraestrutura adequada, refeitórios escolares, já que, como sindicato, não aceitamos meninas e meninos com computadores e com fome.

A proporção de recursos destinados ao investimento em TICs deve estar de acordo com o investimento em desenvolvimento profissional das educadoras e dos educadores no âmbito das escolas.

Simultaneamente, devem-se dotar as docentes e os docentes de ferramentas tecnológicas e de capacitação adequada, não apenas no que se refere ao funcionamento das mesmas, como

também na construção de propostas pedagógicas nas quais seu uso se faça presente em modelos pedagógicos críticos, democráticos, onde se dê prioridade à construção coletiva do conhecimento. Devem ser formadas equipes de docentes, técnicos em informática e outros, para trabalhar na elaboração de programas informáticos contextualizados, pertinentes, capazes de servir como recurso didático em processos de ensino-aprendizagem, nas diferentes disciplinas.

A incorporação dessas tecnologias no processo educativo deve ser feita de maneira a se garantir a criação de oportunidades para os estudantes e as estudantes das zonas rurais e periféricas, as estudantes e os estudantes portadores de necessidades educativas especiais, entre outros. Isso, de tal maneira que venha a ser uma verdadeira contribuição na conquista de maiores níveis de equidade e que promova o fim da lacuna educativa entre a educação pública e a educação privada, entre a zona rural e a zona urbana.

3.7 Os estudantes que queremos formar

O Movimento Pedagógico Latino-Americano propõe às estudantes e aos estudantes que:

- Sejam sujeitos ativos durante o processo ensino-aprendizagem e capazes de aplicar seus conhecimentos;
- Reconheçam o contexto sócio-cultural em que estão inseridos e participem de sua transformação;
- Mostrem solidariedade e respeito, na perspectiva de relações horizontais com as demais pessoas. Que sejam pessoas éticas e que se envolvam integralmente, logrando viver em harmonia com seus semelhantes. Que sejam sensíveis e possam gerar mudanças diante das necessidades, tanto as suas quanto as alheias.
- Tenham uma consciência individual, coletiva, planetária e universal, sendo capazes de assumir a realidade como um todo integrado e promovendo a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Que sejam conscientes da sua e da herança cultural dos demais, e ser conhecedor de sua própria história e da história da Humanidade.
- Sejam pessoas críticas, autônomas, analíticas, democráticas, livres, reflexivas, tolerantes, inclusivas, responsáveis, coerentes e conscientes, éticas e investigadoras. Que sejam pessoas felizes consigo mesmas e preparadas para se integrarem à sociedade.
- Possuam consciência ambiental e sejam participantes da preservação e da conservação do universo.

4. O papel do Estado na educação

O Movimento Pedagógico considera que o Estado deve intervir em toda a vida social e econômica dos cidadãos e cidadãs mais vulneráveis e excluídos, dando respostas sociais e econômicas a tais setores. O Estado assim concebido deve buscar o bem estar do povo, daqueles menos protegidos economicamente e menos favorecidos pelas oportunidades, dispondo que a estrutura estatal ofereça as oportunidades que, de outra forma, não podem ser alcançadas pelos mesmos. A educação é, assim, uma função e uma obrigação irrenunciável e indelegável do Estado democrático e social de direito, que deve garantir este direito a todos e todas, de forma gratuita e obrigatória, sem discriminação alguma e como o meio mais efetivo para o desenvolvimento individual.

Para fortalecer o modelo de uma educação em liberdade democrática é necessário que a educação pública permaneça sob a tutela do Estado, além de reformular o papel do Estado em relação à educação. Deve-se garantir que a educação pública seja a melhor, o que implica seja ela mais individualizada e nessa medida, mais respeitosa em relação às liberdades educativas. Mas, ao mesmo tempo, o Estado deve institucionalizar a orientação, regularização e fiscalização para assegurar a oferta da qualidade em todas as instituições de ensino (públicas e privadas), sem que isso conduza a que se destinem recursos públicos e projetos educativos da iniciativa privada, focada numa educação despolitizada que desconsidere a formação humanística da classe trabalhadora.

O sistema público de ensino deve atender a toda a população em condições de igualdade, com respeito às liberdades, preferências ou necessidades individuais dos atores do processo educativo. Por tanto, a criação de espaços por meio dos quais se faça realidade o reconheci-

mento das crescentes necessidades educativas, a serem atendidas e resolvidas por parte do Estado, deve advir de um mandato constitucional, evoluído e definido.

Trata-se, então, de redefinir, no âmbito político, a ação do Estado como principal prestador dos serviços educativos, para que promova o reconhecimento e o desenvolvimento de uma educação capaz de respeitar as liberdades e potencialidades individuais, o pluralismo ideológico, a liberdade pedagógica, onde os atores do processo educativo possam se fazer sentir, de forma tal que possamos evoluir em direção a uma verdadeira educação em democracia.

O Estado deve criar um Sistema de Educação que atribua prioridade à gestão democrática e que assegure o financiamento da educação, por meio da execução das políticas de estruturação necessárias para superar as desigualdades sócio-educativas e incluir a educação na programação do desenvolvimento nacional.

O Estado Social de Direito deve garantir o direito à educação mediante:

- O investimento público necessário, o que requer vontade política em todas as esferas do governo para estabelecer novas fontes de financiamento para a educação pública, entre elas a modificação do sistema tributário, assim como acabar com a corrupção e a ineficiência na administração do Estado. A aplicação dos recursos próprios na educação deve ser feita de maneira concomitante a uma forte fiscalização institucional e social, com previsão de penas para aqueles que pratiquem irregularidades com o dinheiro público.
- A formação docente, como uma política de fortalecimento do magistério, de aprofundamento de pesquisas, de capacitação continuada, de aprimoramento e de reforço das especializações, de manejo e uso das novas

tecnologias, de formação político-ideológica, de maneira fiel à visão sócio-política da pedagogia que liberta o oprimido e a oprimida.

- A criação de condições para que se valorizem a educação e suas trabalhadoras e seus trabalhadores, independentemente da esfera administrativa responsável pela oferta pública educativa.
- A garantia da verdadeira gratuidade e obrigatoriedade, para que, dessa forma, nenhuma pessoa fique excluída desse direito, evitando-se a evasão escolar e erradicando-se totalmente o analfabetismo, tanto funcional como absoluto.
- A construção da infraestrutura e o abastecimento do equipamento necessário, envolvendo todas as escolas.

E deve garantir que a educação, por sua vez, conduza a:

- A recuperação do ser humano como sujeito social, na medida em que o mercado o situou como simples consumidor. Para isso, o Estado deve recuperar sua potência soberana sobre a potência soberana do mercado, e tratar os seres humanos como cidadãos e não como consumidores.
- O fortalecimento da cultura, a identidade na diversidade. A educação é a ação que torna possível a subjetivação, a que empreende a difícil e incontornável tarefa de introduzir um sujeito em outro universo de significação para ajudá-lo a construir sua diferença. A transmissão de saberes oferece a quem a recebe um espaço de liberdade para poder ser e fazer a partir dos aprendizados.
- A participação real e protagônica dos principais atores pedagógicos da política educativa. Referimo-nos, particularmente, aos trabalhadores e trabalhadoras da educação e da cultura.
- A participação real da comunidade educativa. O povo tem o direito de escolher e impulsionar o tipo de educação que mais lhe convenha.



O Movimento Pedagógico afirma a avaliação como uma política estruturadora do sistema educativo, a qual deve ser processual, qualitativa e de caráter sistêmico e democrático, com a finalidade de se converter **num instrumento de aperfeiçoamento do próprio processo educativo**. Além disso, deve se constituir como um processo permanente, integral, formativo, contextualizado, inerente às relações estabelecidas no processo ensino-aprendizagem; portanto, deve ser realizada pelos próprios sujeitos do processo. **[“A AVALIAÇÃO QUE QUEREMOS” P. 17]**

5. As docentes e os docentes no movimento pedagógico latino-americano

A partir da visão pedagógica antes mencionada, o Movimento Pedagógico estabelece o papel das docentes e dos docentes e como deve ser sua formação profissional dentro de uma nova perspectiva.

O Movimento Pedagógico exige que o Estado respeite a condição profissional e a dignidade das docentes e dos docentes, respeite seus direitos laborais, garanta uma boa formação e o desenvolvimento de programas sistemáticos de capacitação e atualização, pertinentes, integrais e custeados pelo Estado, além de facilitar a concessão de ferramentas tecnológicas a todos e todas, capacitando cada qual sobre seu uso.

Por considerar as docentes e os docentes como transformadores/as sociais, o Movimento Pedagógico Latino-Americano estabelece o papel que essas/esses devem realizar. Isso significa que:

- As docentes e os docentes devem ser pessoas críticas, reflexivas, responsáveis e estudiosas, e atualizadas quanto aos últimos avanços no seu campo e em técnicas pedagógicas, pessoas propositivas, pesquisadoras que apliquem a pesquisa-ação; transformadoras da relação cognitiva do sujeito com vistas a ser encontrado o significado dos aprendizados; analíticas das estruturas políticas do Estado e capazes de descobrir a essência do entorno educativo político de seu contexto.

As docentes e os docentes, no exercício de sua função, devem estar comprometidas/os com a vida em todos os seus âmbitos e reconhecer que educar é formar o ser humano com um sentido integral.

- As docentes e os docentes devem se apropriar de uma nova mística e adquirir a convicção de que é possível ter um futuro melhor e de que, na construção desse mundo, tem que assumir um lugar de protagonista. Devem ser agentes de mudança real, líderes pela

natureza de suas funções, profissionais ativos, conscientes da luta social e ético-política que se dá em nível social, que devem participar ativamente em todos os movimentos de mudança e, por isso, se incorporar à mobilização social. Tais profissionais propiciam a formação ético-cidadã com o intuito de obter a prática da democracia e a formação de cidadãs e cidadãos com sentido de solidariedade.

- Devem aprender a identificar as iniquidades e ensinar, com a prática, a mudança política necessária a seus estudantes, para que sejam sujeitos protagonistas de sua história. Devem aprender a se libertar e a libertar os seus estudantes dos elementos alienantes.
- As docentes e os docentes devem se incorporar, ativamente, tanto no planejamento como na execução dos projetos educativos da escola e projetá-los à comunidade.
- As docentes e os docentes devem articular suas ações com os atores, não só do ambiente escolar, como também da comunidade e da sociedade em seu conjunto, e conseguir uma convivência democrática: solidariedade, complementaridade, colaboração.
- As docentes e os docentes não devem transferir conhecimentos e sim construí-los. Essa é nossa tarefa de cada dia como educadoras e educadores e a luta que assumimos como militantes populares. Mas, sobretudo, esse é o compromisso apaixonado com o futuro de nossas e nossos jovens.
- As docentes e os docentes devem ser, simultaneamente, educadores e aprendizes.

O Movimento Pedagógico propõe gerar consciência nas educadoras e nos educadores para que cumpram com suas responsabilidades como docentes como se identificaram.

O Movimento Pedagógico considera a formação e a capacitação continuada como pilares

da valorização e da prática profissional e propõe que a carreira profissional das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, tanto docente como funcionários e administrativos, seja digna e atrativa.

O Movimento Pedagógico acredita na necessidade de uma formação inicial e de processos de atualização permanente, e com as seguintes características:

- O reconhecimento da pedagogia como saber fundante dos docentes e das docentes nos processos de formação científica e humanística.
- A formação docente deve responder à proposta de um desenvolvimento tal qual formulado pelo Movimento Pedagógico Latino-Americano.
- A formação docente inicial deve ser concebida sob uma perspectiva integral em aspectos como conhecimentos acadêmicos, pedagógicos, de formação humana, de formação ético-moral, de prática profissional, de práticas ecológicas.
- Deve haver instituições de formação docente em cada país, as quais devem se adequar aos avanços tecnológicos, científicos e das comunicações, ao mesmo tempo em que devem estar articuladas com o trabalho das universidades, e ser regidas pelos ministérios de educação para garantir que respondam a políticas de Estado.
- A formação inicial deve garantir que as docentes e os docentes tenham consciência da importância da sua formação e estejam preparadas/os para trabalhar na educação integral de seus alunos.
- A formação inicial deve resultar em profissionais e pessoas reflexivas, críticas, criativas, sensíveis, inovadoras e transformadoras.
- A formação docente deve permitir que as futuras e os futuros graduados conheçam a prática educativa escolar, evitando as “surpresas” quando vierem a tomar contato com a realidade das escolas públicas.
- O modelo curricular deve ser atualizado regularmente e garantir uma boa formação inicial para que o docente ou a docente, além de possuir os conhecimentos próprios de sua

especialidade e o manejo das metodologias e os aspectos técnico-pedagógicos, possua as características de um verdadeiro líder docente.

- Nos países ou regiões onde é necessário, deve ser exigida a formação bilíngue.

Para a capacitação contínua, o Movimento Pedagógico considera necessário sensibilizar todas as comunidades educativas para que a permitam e a promovam, de modo a ter as seguintes características:

- Revisão dos programas de capacitação continuada para o pessoal docente e exigência, dirigida aos ministérios de educação pública, para que ofereçam programas de capacitação capazes de incluir a construção de propostas pedagógicas e de seu uso em modelos pedagógicos críticos, democráticos, onde se dê prioridade à construção coletiva do conhecimento.
- Elaboração de programas de capacitação como política contínua e integrada às universidades, com o objetivo de atualizar as profissionais e os profissionais para atuar em temas que tratem da diversidade étnica, cultural, sexual, de gênero, além de proporcionar, para todos/as, a plena capacidade de interação com as tecnologias de informação e comunicação (TICs).
- Envolvimento das profissionais e dos profissionais da escola no debate dos temas formativos, de acordo com a aplicação do currículo no projeto político-pedagógico da escola.
- A programação dos processos de capacitação em serviço, fiéis ao paradigma sócio-cultural e a modelos educativos democráticos, críticos, emancipatórios, potencializadores da autonomia do sujeito cognitivo e da construção coletiva do conhecimento; e a sua vinculação a convênios com as universidades públicas.
- Realização de cursos profissionais regulares presenciais, nas escolas de ensino médio, para as empregadas e os empregados, além dos cursos para o pessoal docente.
- Gestão para que alguns dos processos de formação e capacitação profissional ministrados pelas organizações sindicais sejam reconhecidos para a carreira profissional.



A incorporação da tecnologia ao processo educativo deve advir de **um fundamento pedagógico e cultural relevante**, para que não seja algo simplista, apenas uma novidade. [“o uso DE TECNOLOGIAS NO PROCESSO EDUCATIVO” P.18]

6. Os sindicatos no movimento pedagógico latino-americano

As organizações sindicais de trabalhadores da educação devem impulsionar a concretização de políticas educativas como centro de sua participação social. Nossa presença no cenário nacional e internacional tem sentido se alcançarmos impulsionar a concretização dessas políticas.

O sindicato docente de vanguarda deve manter seu fundamento e prática educacional nos âmbitos político, ideológico, sindical e demais, dentro do paradigma sócio-cultural e de seus modelos educativos. Por isso, propõe-se a, além de melhorar as condições de vida e de trabalho das profissionais e dos profissionais da educação, ser solidário com os outros setores de trabalhadores e ser partícipe protagonista da realidade social, apresentar propostas concretas para uma pedagogia crítica, emancipatória, democrática e equitativa, aplicando o princípio da práxis, fundamental para a transformação da sociedade.

O que distingue as docentes e os docentes, de qualquer outra profissão e trabalho, é o ensino e sua disposição ética e política por construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática por meio da educação e da formação de cidadãos e cidadãs que se solidarizam e lutam pelos seus direitos. Para isso, o profissionalismo sindical docente deve se inclinar sobre o desdobramento e o fortalecimento, por parte de mestres e professores, de toda a sua criatividade cultural, vocação social, imaginação pedagógica e sabedoria didática, ao mesmo tempo em que deverá promover o estabelecimento de espaços e tempos institucionais e laborais para reflexão, crítica, produção e recriação coletiva de seus saberes profissionais.

Tal desdobramento deve ser completado, para a elaboração e defesa de uma proposta educativa, pelo estabelecimento de alianças com as-

sociações de pais e mestres, centros estudantis e com outras organizações da sociedade. Todos os setores precisam contribuir para poder afiançar uma política que realmente responda às verdadeiras necessidades da cidadania e do povo.

A partir dessa linha teórica, a figura do sindicato, como depositário e garantia da defesa dos direitos dos docentes e da educação pública, tem como dever e como direito, tratar esses temas centrais e nucleares da vida democrática, assim como praticá-los e, o que é igualmente importante, discuti-los na perspectiva de uma práxis que torne visível o seu compromisso.

Como tarefas que conduzam ao cumprimento desses propósitos, os sindicatos do magistério devem:

- Elaborar, conjuntamente com os outros atores da sociedade, uma proposta de política educativa alternativa à proposta posta em prática pelos neoliberais, em conjunto com os organismos financeiros internacionais, uma proposta consensual e que responda ao desenvolvimento nacional.
- Gerar condições adequadas para o debate público da necessidade de serem estabelecidas políticas educativas, incidindo sobre os meios de comunicação.
- Assumir uma atitude combatida em meios e espaços de comunicação nacionais e locais, para lutar contra as campanhas e ações midiáticas que se põem contra as trabalhadoras e os trabalhadores da educação e a educação pública em geral.
- Estabelecer mecanismos de diálogo e articulação de ações com os partidos políticos, para incidir na classe política e alcançar a sanção de leis que assegurem uma política de Estado em relação à educação, de modo a assegurar

que os projetos educativos, que respondam a nossas propostas, sejam contínuos e possam ser executados em tempo hábil.

- Apoiar a tarefa de formação profissional por meio de uma ativa participação no processo de elaboração dos planos e programas e também em sua execução.
- Evidenciar a carência de recursos básicos com que contam as escolas, e implementar ações para que os ministérios de educação pública proporcionem os recursos necessários para ser vivenciada uma educação integral e um desempenho docente com ótimas condições.

No interior das organizações, devemos:

- Assumir um papel ativo, com o compromisso de promover a nossa própria transformação, e assegurar ser a organização uma ferramenta de mudança e de transformação.
- Dialogar, trabalhar juntos, em harmonia, nossas diferenças e discrepâncias, para poder avançar em nossos compromissos como organizadores do magistério.
- Incorporar em nossa agenda não só um diagnóstico da realidade atual dos sindicatos docentes no país, como estratégias de fortalecimento das organizações sindicais, no que se refere à sua visão classista, concepção pedagógica, compromisso social e independência.
- Implementar cada vez mais espaços formativos, em concordância com tais abordagens.
- Fortalecer-nos institucionalmente, no que se refere à nossa capacidade de gestão, à melhoria na gestão, à comunicação institucional, ao fato de fazer consolidar a identidade dos membros, à equidade de gênero, aos métodos de trabalho, ao estilo de direção, à transparência e à incidência na agenda nacional do país.
- Elaborar ferramentas teórico-metodológicas que contribuam com o fortalecimento de uma educação político-sindical democrática e emancipatória, capaz de favorecer a conscientização diante da realidade, de modo a interpretá-la e transformá-la, ou seja, circunscrita ao paradigma sócio-cultural e ao modelo educativo da pedagogia crítica.
- Fortalecer espaços de participação ativa no âmbito interno do sindicato e em todos os âmbitos em que este se desenvolva, capazes de promover a equidade e o respeito à diversidade, assumindo institucionalmente uma práxis contra todo tipo de discriminação e estigmatização.
- Reforçar o uso dos meios de comunicação e divulgação das organizações, enfatizando o uso de ferramentas substanciais para a defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.
- Fortalecer e ampliar relações com o magistério latino-americano e de outras regiões.
- Resgatar a mística da corporação, reencantando nossos companheiros e companheiras de trabalho, estimulando, especialmente, as jovens e os jovens.
- Criar espaços de análise, reflexivos, críticos que aprofundem o entendimento sobre o uso das TICs na educação, tomando por referência, a respeito, o princípio da práxis, para a construção de uma postura e intervenção político-sindical-pedagógica de nosso sindicato.



O Movimento Pedagógico Latino-Americano propõe às estudantes e aos estudantes que: Sejam **peças críticas**, autônomas, analíticas, democráticas, livres, reflexivas, tolerantes, inclusivas, responsáveis, coerentes e conscientes, éticas e investigadoras. Que sejam pessoas felizes consigo mesmas e preparadas para se integrarem à sociedade. [“OS ESTUDANTES QUE QUEREMOS FORMAR” P.19]

Discussões pendentes

Puderam ser identificados alguns temas sobre os quais parece haver posições distintas, diante do que se recomenda aprofundar sua discussão. Os temas são:

1. A utilização do conceito de “educação de qualidade”, a respeito da qual existem quatro posições:

Algumas organizações usam a expressão compreendendo-a como a conquista da eficiência e da produtividade, tanto na produção como nos serviços.

Outros simplesmente usam-na dando-lhe um significado diferente do oficial.

Outras consideram que deve ser esclarecido o que se entende por qualidade da educação.

A posição mais elaborada foi a de algumas organizações que consideram dever o Movimento Pedagógico Latino-Americano construir novas categorias teóricas e uma nova linguagem, o que implica sejam repensados termos, como educação de qualidade, dentre outros.

2. A questão da interculturalidade latino-americana-universalidade, sobre a qual há pelo menos três posições:

Algumas organizações apontam que o multiculturalismo deve ser incorporado ao currículo, o que exige outros fatores, do que é exemplo a incorporação de valores e características como, por exemplo, a de aceitar a roupa de crianças

indígenas, incorporar conhecimentos históricos referentes à agricultura, à medicina, etc., o ensino de línguas nativas de nossos povos originários.

Outras são mais voltadas para a compreensão das pessoas em sua dimensão universal como o principal sentido do ser humano e apontam para o fato de a pedagogia também dever ser universal, além de localizada dentro de seu contexto particular.

3. O tema da dignidade da profissão docente, na medida em que alguns acreditam que deve partir do Estado o reconhecimento dos professores e das professoras e seu profissionalismo, enquanto outros percebem que a dignificação não pode ser realizada por outros, mas vem da interiorização do que significa ser professor para que se possa ter o reconhecimento social que todo profissional da educação merece.

4. O tema do papel ideológico da educação, no sentido de saber se ela tem ou não poder para se transformar, sozinha.

Algumas organizações acreditam que as escolas têm um papel importante no aparato ideológico do Estado, o que exige um novo projeto de sociedade para que ela se transforme.

Outras consideram que as escolas são lugares de transformação social e devem ser concebidas e utilizadas como tal.

Fontes utilizadas

Para o elaboração deste documento foram utilizadas as memórias dos eventos nacionais, recomendados pela IEAL às suas diferentes organizações afiliadas, como parte da construção do Movimento Pedagógico Latino-Americano. Tais memórias advêm das seguintes organizações:

- Associação Dominicana de Professores (ADP) - Federação das Associações dos Professores da Universidade Autônoma de Santo Domingo (FAPRONASD) – Associação Nacional de Profissionais e Técnicos da Educação (ANPROTED) – República Dominicana, sem data: “Conclusões do Encontro Nacional por um Movimento Pedagógico Latino-Americano e do Caribe”. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Associação Nacional de Educadores (ANDE) – Costa Rica, sem data: “Proposta de uma pedagogia alternativa para a Costa Rica, na perspectiva da Associação Nacional de Educadores”. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Associação Nacional de Educadores Salvadorenos (ANDES 21 de junho) – El Salvador, sem data: Congresso Pedagógico em El Salvador “Pelo fortalecimento da escola inclusiva de tempo integral”. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Confederação de Educadores Argentinos (CEA) – Argentina, sem data: “Memória de eventos nacionais ‘Por um Movimento Pedagógico Latino-Americano’”, Confederação de Educadores Argentinos CEA-Argentina. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA)- Argentina: “Encontro Nacional ‘Por um Movimento Pedagógico Latino-Americano’”, Buenos Aires, outubro de 2012. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Confederação Geral de Trabalhadores da Nicarágua (CGTEN-ANDEN) Nicarágua, sem data: Documentos do Congresso Nacional Pedagógico, entregues à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)- Brasil, sem data: Informe da 8ª Conferência Nacional de Educação. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Colégio de Professores do Chile (CPC)- Chile, sem data: “Conclusões do Encontro Nacional ‘Por Um Movimento Pedagógico Latino-Americano’”. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Federação Colombiana de Educadores (FECODE)- Colômbia, 2012. Centro de Estudos e Pesquisas Docentes, CEID-FECODE: “Encontro Trinta Anos do Movimento Pedagógico. Projeto Educativo e Pedagógico Alternativo, PEPA, Colômbia, dezembro de 2012. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- Federação Nacional de Docentes Universitarios (CONADU) Encontro Por um Movimento Pedagógico Latino-americano, maio 2013.
- Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Costa-Riquenha (SEC)-Costa Rica: “Congresso Pedagógico ‘A pedagogia como exercício político’”, relatoria das comissões, sem data. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- União Nacional de Educadores (UNE) – Paraguai: “Congresso Nacional ‘Por Um Movimento Pedagógico Latino-Americano’”, 29 e 30 de outubro de 2012. Informe entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.
- União Nacional de Educadores (UNE) – Equador: “Notas Encontro Nacional Pedagógico” – 7 e 8 de setembro de 2012, Quito. Documento entregue à IEAL como memória dos avanços realizados pelos diversos países na construção do citado movimento pedagógico.

II ENCONTRO: ATÉ UM MOVIMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO

IX CONFERÊNCIA REGIONAL DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

RECIFE, BRASIL, 19, 20, 21 DE SETEMBRO, 2013
19 DE SETEMBRO: ANIVERSÁRIO DE **PAULO FREIRE**



**Internacional da Educação
para a América Latina**